

# A HISTÓRIA DE ORMUZ SEGUNDO PEDRO TEIXEIRA – UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

por

ALEXANDRA PELÚCIA

(Universidade Nova de Lisboa e Centro de História de Além-Mar)

## 1. O Autor e a Obra

A expansão ultramarina portuguesa esteve longe de ter como factor decisivo de arranque a pura curiosidade pela descoberta de novos horizontes geográficos e vivências humanas, pese embora a aparente primazia que lhe foi atribuída por Gomes Eanes de Zurara ao enumerar as razões que incentivaram o infante D. Henrique a desencadear o processo descompartmentador<sup>1</sup>. Perseguindo prioritariamente objectivos de natureza político-estratégica, religiosa e económica<sup>2</sup>, os exploradores nacionais não perderam, contudo, o ensejo de observarem, registarem e divulgarem as características dos cenários naturais e dos povos indígenas com que depararam em ambas as margens do Atlântico<sup>3</sup>.

As narrativas produzidas neste contexto possuíam um pendor marcadamente etnográfico e antropológico, estando de todo ausentes referências ao passado histórico, tanto das tribos africanas como das ameríndias. Tal falta de interesse prendia-se, com certeza, ao domínio absoluto da tradição oral naquelas culturas, que inviabilizava o acesso a fontes antigas e relativamente seguras, e, sobretudo, ao facto de o maior encanto dos nativos residir precisamente no seu presente, isto é, no seu estilo de vida quotidiano, tão assombroso aos olhos dos navegadores e viajantes quatrocentistas<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> V. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, s.l., Livraria Civilização, 1973, pp. 43-44.

<sup>2</sup> Cf. Luís Filipe Thomaz, «Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – reflexões em torno da génese dos Descobrimentos», in *De Ceuta a Timor*, s.l., Difel, 1994, pp. 1-41.

<sup>3</sup> Sobre esta temática, a obra de referência continua a ser a de A. A. Banha de Andrade, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difusão, pela Europa, de Notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1972.

<sup>4</sup> Diversos textos coevos fazem eco desta postura: *As Viagens dos Descobrimentos*, org. José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983; *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988; Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo*

O aparecimento das velas lusas nas águas do oceano Índico e o subsequente contacto com as sociedades litorais da Ásia haveriam, no entanto, de alterar essa tónica na análise do Outro. O desenvolvimento civilizacional, que de um modo generalizado foi assinalado nas paragens orientais<sup>5</sup>, e a necessidade de aprofundar o conhecimento dos novos interlocutores estimularam vários autores portugueses a consagrarem espaço significativo das suas crónicas ou relatos de viagens à história dos potentados asiáticos<sup>6</sup>.

Terá sido também este o tipo de apelo sentido por Pedro Teixeira, um viajante e escritor de ascendência judaica, que nasceu, presumivelmente, no terceiro quartel do século XVI e cujo percurso biográfico permanece, em boa parte, na sombra<sup>7</sup>. A seu respeito sabe-se que demandou o Estado da Índia por duas vezes, a última das quais em 1603, após ter verificado que a incúria de amigos lhe acarretara a perda dos meios de subsistência com que contara para acautelhar o futuro<sup>8</sup>.

Quanto às razões que levaram Pedro Teixeira a abandonar Portugal pela primeira vez, ao que se supõe no ano de 1586<sup>9</sup>, apenas podemos tecer conjecturas. Teria estado em causa o cumprimento de uma qualquer comissão de serviço ou, simplesmente, o desejo de aprofundar o conhecimento da história asiática? Se a primeira hipótese carece de fundamentação documental para se tornar consistente<sup>10</sup>, a segunda, que é sustentada por Diogo Barbosa Machado e subscrita por Luís de Albuquerque<sup>11</sup>, afigura-se-nos de todo inverosímil. Abonam a favor da conclusão as próprias palavras do autor, que excluem a premeditação da viagem para satisfazer uma

*de Situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1948; não esquecendo obviamente Pêro Vaz de Caminha e a *Carta a El-Rei Dom Manuel sobre o Achamento do Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

<sup>5</sup> Sendo indesmentível que o conceito de civilização foi uma criação do Iluminismo, não é menos certo que os Europeus dos séculos XV a XVII eram sensíveis às diferentes fases de evolução em que se encontrava a humanidade. Sobre o referido conceito leia-se Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, pp. 17-22.

<sup>6</sup> Existe, pelo menos, um caso em que a totalidade do trabalho foi votado a este fim. Referimos-nos à *Chronica dos Reis de Bisnaga. Manuscrito Inédito do Século XVI*, ed. David Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

<sup>7</sup> Não sendo o objectivo deste trabalho proporcionar ao leitor um conhecimento aprofundado da vida de Pedro Teixeira, sugerimos aos interessados a consulta de outros textos: Donald Ferguson, «Introduction», in *The Travels of Pedro Teixeira*, eds. William F. Sinclair e Donald Ferguson, s.l., Hakluyt Society, 1902, pp. v-xxiv e Eduardo Barajas Sala (ed.), *Relaciones de Pedro Teixeira...*, Madrid, Miraguano Ediciones – Ediciones Polifemos, s.d., pp. xiv-xxi.

<sup>8</sup> Cf. Donald Ferguson, *op. cit.*, p. xix.

<sup>9</sup> Cf. *Ibidem*, p. ii.

<sup>10</sup> Parece apontar nesse sentido a participação de Pedro Teixeira em várias armadas oficiais, que o conduziram, entre 1587 e 1589, à costa oriental africana, ao Golfo Pérsico e a Ceilão, conquanto se ignore qual era a sua posição a bordo. Cf. Donald Ferguson, *Ibidem*, pp. v-xiii.

<sup>11</sup> Cf. Diogo Barbosa Machado, «Pedro Teixeira», in *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Coimbra, Atlântida Editora, 1966, p. 622, e Luís de Albuquerque, «Pedro Teixeira», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1990, p. 137.

sede de erudição, antes exprimindo que aproveitou a oportunidade de se ter quedado em Ormuz e na Pérsia, entre 1593 e 1597<sup>12</sup>, para se debruçar sobre a história local<sup>13</sup>.

A atracção pelo género historiográfico, essa, não foi fortuita. Pedro Teixeira testemunha tê-la cultivado desde a juventude, especialmente, no que à Pérsia dizia respeito<sup>14</sup>. O motivo da predilecção pelo passado persa é uma incógnita, mas julgamos dever considerar, à parte a presença portuguesa na área envolvente, a antiguidade das relações do mundo ocidental com aquela região asiática, que recuavam à época das campanhas militares de Alexandre Magno e a manutenção do contacto ao longo dos tempos, inclusive durante a Idade Média, por via de cronistas, como os bizantinos Procópio e João Zonaras (que alimentaram, de resto, as leituras de Teixeira<sup>15</sup>), e de viajantes, como os venezianos Marco Polo e Nicolò di Conti<sup>16</sup>.

O cruzamento das informações a que Pedro Teixeira teve acesso, que compreendiam ainda a *Ásia* de João de Barros<sup>17</sup>, não foi, porém, satisfatório, a avaliar pelas contradições que detectou e lhe semearam o espírito de dúvidas. A confusão agravou-se por ocasião da sua estada em Ormuz e na Pérsia, cujos naturais inquiriu para constatar, com perplexidade, que era ali perfeitamente ignorada a existência de personalidades mencionadas nos estudos que consultara<sup>18</sup>.

Pessoas às quais a nossa personagem reconhecia qualificação, mas não identifica, orientaram-no no sentido de que se debruçasse sobre as crónicas locais, cujos redactores ofereceriam maior clareza e credibilidade<sup>19</sup>. Neste aspecto particular, a civilização persa proporcionou a Pedro Teixeira uma mais-valia significativa, em comparação, por exemplo, com as facilidades e os estímulos dados pelo mundo indiano aos indivíduos que indagavam acerca do seu passado. Com efeito, se o súbdito português usufruiu do acesso a fontes escritas autóctones foi porque a região que lhe despertava o interesse beneficiara dos contactos próximos com a mentalidade ocidental e

<sup>12</sup> Cf. Donald Ferguson, *op. cit.*, p. xvi.

<sup>13</sup> «Hauiendo passado a la India, y partes Orientales, discurriendo por ellas variamente llegue a Harmus y tierras de Persia. Y durandome aun la curiosidad estime la occasiõ de poder alli satisfacer a mis primeras dubdas, y con este prosupuesto y desseo de apurar y sacar en limpio lo verdadero d'aquellos Reyes y antiguedades empeçe a inquirilas» – cf. Pedro Teixeira, «Al Lector», in *Relaciones... d'el origen descendencia y svccession de los reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viage hecho per el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra, Antuérpia*, em casa de Hieronymo Verdussen, 1610, [p. i] (doravante citadas como *Relaciones*).

<sup>14</sup> Cf. *Relaciones*, [p. i].

<sup>15</sup> Cf. *Relaciones*, [p. i].

<sup>16</sup> Vide «I Viaggi di Marco Polo Gentiluomo Veneziano», pub. in Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. III, Turim, Einaudi Editore, 1980, pp. 7-297, e «Viaggio di Nicolò di Conti», pub. in *Ibidem*, vol. II, 1979, pp. 781-820.

<sup>17</sup> Cf. *Relaciones*, [p. iii] e parte II, p. 45.

<sup>18</sup> Cf. *Relaciones*, [pp. i-ii].

<sup>19</sup> Cf. *Relaciones*, [p. ii].

as chamadas religiões do Livro para adoptar uma concepção linear do tempo, não descurando, por arrastamento, a prática da elaboração e guarda de registos históricos. Enquanto isso, na Índia, a escassez de fontes e o desinteresse pela História eram fortemente determinados pela clara supremacia da concepção circular do tempo, que estava associada a princípios basilares do Hinduísmo e do Budismo, para não falar da incompatibilidade entre o clima do Subcontinente e a conservação duradoura dos suportes de escrita mais delicados.

O maior obstáculo que, na verdade, poderia ser enfrentado por Pedro Teixeira na concretização do seu projecto historiográfico seria o desconhecimento das línguas persa e árabe, mas até esse foi evitado dada a sua familiaridade com ambas<sup>20</sup>. Uma vez reunidas as condições de trabalho, abraçou então a tarefa de coligir e sintetizar elementos respeitantes às dinastias reais da Pérsia e de Ormuz, anunciando o cuidado de verificar a consonância entre as fontes escritas e a memória colectiva, o que conferiria, em princípio, uma acrescida fidedignidade aos factos por si divulgados<sup>21</sup>.

Os resultados desse labor foram publicados nas *Relaciones de Pedro Teixeira d'el origen descendencia y svccession de los reyes de Persia, y de Harmuz, y de un viaje hecho per el mismo autor dende la India Oriental hasta Italia por tierra*, que foram dadas à estampa em Castelhana<sup>22</sup>, no ano de 1610, em Antuérpia. Foi nesta cidade que o autor se radicou após ter empreendido um périplo, iniciado em 1604 e concluído em data incerta, que o conduziu sucessivamente de Goa a Ormuz, a Baçorá, a Bagdade, a Alepo, ao Chipre, a Veneza e, finalmente, ao Noroeste europeu<sup>23</sup>.

De entre as páginas das *Relaciones* interessam-nos, especialmente, aquelas que se atêm ao reino de Ormuz e à sua história prévia ao estabelecimento da suserania portuguesa<sup>24</sup>. Para a respectiva composição, Pedro Teixeira

<sup>20</sup> Cf. *Relaciones*, [p. iv].

<sup>21</sup> Cf. *Relaciones*, [pp. ii-iii].

<sup>22</sup> Argumenta Teixeira ter sido a instâncias de amigos, e reconhecendo a maior difusão da língua castelhana em comparação com a portuguesa, que decidiu publicar o seu texto naquele idioma – cf. *Relaciones*, [p. iii]. Para compreender tal opção devemos ter presente que a chamada cultura hispânica influenciava visivelmente os escritores nacionais havia já algum tempo, sendo reflexo disso a prática do bilinguismo, cultivada de forma emblemática por Gil Vicente. Por outro lado, Pedro Teixeira foi contemporâneo da Monarquia Dual, período em que, por razões óbvias, o fenómeno experimentou um grande desenvolvimento. É de assinalar que a tendência foi seguida por outros portugueses que escreveram, no século XVII, sobre a presença lusa no Oriente, nomeadamente Frei Sebastião Manrique (*Itinerário de las Misiones*, Roma, por Francisco Caballo, 1649) e Manuel de Faria e Sousa (*Asia Portuguesa*, 3 tomos, Lisboa, por Henrique Valente de Oliveira e António Craesbeeck de Mello, 1666-1675).

<sup>23</sup> Cf. Donald Ferguson, *op. cit.*, pp. xix-xxiv.

<sup>24</sup> Correspondem à segunda parte das *Relaciones* e têm por título «Breve relación del principio del reyno Harmvz y de sus reyes hasta el tiempo en que los portugueses lo ocuparon siguiendo la historia de Torunxa rey del mismo reyno», pp. 1-45.

socorreu-se do *Shâhnamé*<sup>25</sup>, ou seja, o *Livro dos Reis*, uma obra redigida, exactamente, por um dos soberanos locais, Turanshah (r. 1347-1378). O autor português assumiu ter-se baseado na referida fonte para elaborar, tão-somente, um resumo, sendo-lhe, pois, imputável a responsabilidade da selecção dos episódios narrados<sup>26</sup>. Mas, desconhecendo-se na actualidade qualquer exemplar do *Livro dos Reis*<sup>27</sup>, torna-se manifestamente impossível averiguar os critérios adoptados nessa operação.

Pedro Teixeira tinha em vista conceder ao seu público notícia da fundação de Ormuz e dos respectivos monarcas, fundamentando o interesse da matéria pela autoridade que Portugal impusera ao território, havia cerca de um século<sup>28</sup>. Desta sorte, rejeitava *ab initio* uma «ressureição integral do passado» ormuziano. Porquê é a interrogação que se impõe e para a qual entrevemos algumas respostas plausíveis. Desde logo, o pendor da historiografia islâmica para eventos de natureza política e militar<sup>29</sup>, a que Turanshah e, por arrastamento, Pedro Teixeira não deverão ter sido imunes. Mas também a multiplicidade de referências, existentes na literatura portuguesa de viagens, às acções dos Portugueses e aos condicionalismos do estabelecimento do protectorado luso sobre Ormuz, que poderão ter despertado em Pedro Teixeira a necessidade de explorar uma temática até aí secundarizada<sup>30</sup>. Efectivamente, da plêiade de autores portugueses que discorreram sobre Ormuz, Frei Gaspar da Cruz, João de Barros e Diogo do Couto são os únicos que fazem alusão à evolução política do Reino. Confrontados com Pedro Teixeira, a sua valia é, todavia, inferior, uma vez que se revelam mais concisos e não tiveram acesso directo às fontes autóctones<sup>31</sup>.

<sup>25</sup> Todas as transliterações apresentadas neste artigo são fruto da revisão e correcção daquelas veiculadas por Pedro Teixeira. Devemos a sua utilização à gentileza da Dr.<sup>a</sup> Halima Naimova, que nos facultou a sua edição, ainda inédita, das *Relações de Pedro Teixeira*.

<sup>26</sup> Uma síntese impor-se-ia, aliás, devido à extensão da obra, que tinha a particularidade de se reportar ao tempo de Adão. Cf. *Relaciones*, parte II, p. 1.

<sup>27</sup> Cf. Donald Ferguson, *op. cit.*, p. xc.

<sup>28</sup> Cf. *Relaciones*, [p. v].

<sup>29</sup> Cf. Charles-Olivier Carbonell, *Historiografia*, Lisboa, Teorema, 1987, pp. 72-73.

<sup>30</sup> É sintomática a atitude de Gaspar Correia, que se recusou a descrever mais pormenorizadamente a capital do Reino, alegando que o seu «*intento nom he senom tratar dos feitos dos Portuguezes*» – cf. *Lendas da Índia*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975, p. 815 (obra doravante citada como *Lendas*).

<sup>31</sup> Frei Gaspar da Cruz é responsável por uma «Relação da crónica dos reis de Ormuz e da fundação da cidade de Ormuz, tirada de uma crónica que compôs um rei do mesmo reino chamado Pachaturunxa, escrita em arábigo e sumariamente traduzida em linguagem portuguesa por um religioso da Ordem de São Domingos que na ilha de Ormuz fundou uma Casa de sua Ordem», in *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 173. João de Barros afirma, por sua vez, ter recorrido a crónicas dos monarcas de Ormuz, que lhe tinham sido traduzidas a partir do Persa, enquanto Diogo do Couto se abstém de nomear quais foram as suas fontes – cf. *Da Ásia*, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973-1974, respectivamente II, ii, 2 e V, x, 1 (obra doravante citada como *Ásia*, seguida de década, livro e capítulo).

O extenso capítulo da «Breve relacion del principio del reyno Harmuz y de sus reyes...» distingue-se ainda por outra característica peculiar, mormente, a postura do seu redactor que, regra geral, se abstém de emitir comentários pessoais acerca dos eventos que narra e raras vezes fornece informações resultantes da sua vivência na região. Se isso determina o esbatemento da personalidade de Pedro Teixeira, e por conseguinte compromete o melhor conhecimento dela, em contrapartida introduz no discurso um factor de menor subjectividade, ao qual o historiador contemporâneo não pode deixar de ser sensível.

## 2. A Velha Ormuz

A questão da fundação de Ormuz não conheceu até hoje uma resposta cabal e definitiva por parte de qualquer historiador<sup>32</sup>. Não admira, por isso, que Pedro Teixeira peque por não ter conseguido contextualizar cronologicamente o evento e, por arrastamento, os reinados subseqüentes.

Reza o seu texto ter sido a Arábia a zona de proveniência do povo cujo líder, Mohammad<sup>33</sup>, fundou a cidade de Ormuz no litoral da Pérsia<sup>34</sup>. A travessia do Golfo Pérsico é justificada de diferente maneira conforme as duas versões apresentadas para o sucedido. Uma, *grosso modo*, correspondente às palavras de frei Gaspar da Cruz<sup>35</sup>, regista o intento de promover uma expansão territorial e de estabelecer um porto comercial, para o qual acabaram por ser consideradas satisfatórias as condições proporcionadas pelo sítio de Ormuz. Outra variante apresenta a pesada derrota averbada pelo pai de Mohammad numa batalha como o móbil da migração, que adquire, assim, contornos de fuga. No âmbito desta, teria ocorrido a chegada ao Mogostão<sup>36</sup>, região tutelada por um senhor que submetia os habitantes locais a sérias exações. Melindrado, Mohammad engendrou um ardil para liquidar o déspota e as gentes, agradecidas, ofereceram-lhe o trono. Um dos marcos do seu reinado seria constituído pela edificação de um núcleo urbano no lugar de Ormuz, designação que acabou por se tornar indissociável da cidade e do próprio Reino.

Evocando a razão como único critério, Pedro Teixeira aposta na última versão como sendo a verdadeira. A sua opção é, naturalmente, discutível e

<sup>32</sup> «Ardashir I [225-241 d.c.], the founder of the Sasanian dynasty, has been credited with the foundation of the town, but it was probably in existence long before his time.» – cf. L. Lockhart, «Hurmuz», in *Encyclopédie de l'Islam*, nova ed., tomo III, Leida, E. J. Brill, 1971, p. 584.

<sup>33</sup> Frei Gaspar da Cruz precisa que os domínios originais de Mohammad se situavam em Omã. Vide *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, p. 173.

<sup>34</sup> Sobre os vestígios da Velha Ormuz ergue-se hoje a cidade iraniana de Minab (27° 09' lat. N, 57° 05' long. E) – Cf. L. Lockhart, *op. cit.*, p. 584.

<sup>35</sup> Vide *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, pp. 173-174.

<sup>36</sup> Moghistan – zona da província de Laristan, situada perto de Ormuz.

talvez por isso conceda liberdade de escolha ao leitor. Quanto a nós, desprovidos de argumentos seguros que possamos esgrimir, preferimos dizer que, apesar de a primeira história se revestir de um carácter menos lendário, o mais provável é que nenhuma delas corresponda à realidade, a avaliar pela hipótese de intervenção sassânida na fundação de Ormuz<sup>37</sup>.

O que não se afigura motivo de controvérsia para Pedro Teixeira é o facto de Mohammad ter recebido o cognome de *Dirhem Kab*, devido à moeda que mandou cunhar com a mesma designação, bem como a sua reputação de estadista exemplar. Ter-se-iam seguido tempos pautados pelas qualidades dos monarcas, pelo crescimento do Estado e, sobretudo, pela tranquila transmissão de poder de pai para filho<sup>38</sup>.

Coube a Mahmud a sorte de experimentar a primeira conspiração contra um rei de Ormuz. A precaução tinha já ditado o costume de afastar membros da família real para longe, a fim de se evitar a eclosão de revoltas. A medida não surtiu pleno efeito no caso de Mir Shihab ad-din Malang, sobrinho do monarca, que foi surpreendido na preparação de um regicídio. Quando estava prestes a ser encarcerado para averiguações, Malang escapou, homiziando-se na fortaleza de Sawghan. Uma hipótese de reabilitação surgiu na altura em que uma horda de assaltantes acometeu Ormuz e o rei Shahenshah, que entretanto substituíra no trono o seu pai Mahmud, constatou dispor de escassos recursos para os deter. Malang veio em seu auxílio e, saindo o primo morto da refrega, assumiu a dignidade régia<sup>39</sup>.

Uma verdadeira usurpação do poder apenas sobreveio à morte de Malang, tendo sido protagonizada por um vizir de nome Shahrear. A reposição da ordem ficou a dever-se ao rei da ilha de Queis<sup>40</sup>, Amir Seyf ad-din ibn Azar, sobrinho e genro de Malang. Na sequência do desaparecimento deste, Azar tinha sido destituído, pelo que se encaminhou para Ormuz, onde foi aclamado e puniu os prevaricadores com a morte. Igual castigo foi depois infligido àqueles que se tinham levantado em Queis.

A acalmia regressou ao Reino nos dois governos seguintes<sup>41</sup>. Foi, porém, quebrada em 1278<sup>42</sup> pela oposição manifestada à entronização de Amir Seyf ad-din Noçrat. Invariavelmente, as conturbações vividas por este rei foram despoletadas pelos seus irmãos. Por duas vezes, Noçrat perdeu o domínio e logrou reconquistá-lo. Em 1291 foi vítima de homicídio.

<sup>37</sup> Veja-se *supra* nota n.º 32.

<sup>38</sup> São indicados como sucessores de Mohammad *Dirhem Kab*: Soleyman, Iça I, Laskar, Key Kobad, Iça II e Mahmud.

<sup>39</sup> Defende Teixeira que Shahenshah era tio de Malang, o que se afigura impossível em virtude de ser esse o mesmo laço que unia Mahmud a Malang.

<sup>40</sup> Queys, Keys – 26° 32' lat. N e 54° long. E.

<sup>41</sup> Referimos-nos ao período em que as funções régias foram desempenhadas por Shihab ad-din Mahmud e Amir Rokn ad-din Mahmud.

<sup>42</sup> Note-se que esta é a primeira referência cronológica que consta do texto de Pedro Teixeira, sintoma, porventura, de que a narrativa subsequente foi produzida com maior grau de segurança.

Amir Masud, que chamou a si o exercício da autoridade até 1294, demonstrou ser um soberano prepotente, a ponto de ter sido solicitada a intervenção de Amir Baha ad-din Ayaz Seyfin, que fora escravo de Noçrat e por ele distinguido com o cargo de vizir de Calaiate<sup>43</sup>, na costa da Arábia.

A derrota militar e o exílio de Amir Masud valeram a Ayaz Seyfin a supremacia sobre Ormuz (1294-1312), mas não uma administração sem sobressaltos, na medida em que se preparou uma tentativa de recondução do rei anterior, a qual foi abortada. Consequências mais graves foram produzidas, em 1302, pela invasão dos mongóis do Turquestão, que forçaram a população do Reino a abandonar o continente e a procurar refúgio em ilhas do Golfo Pérsico, concretamente, em Queixome<sup>44</sup> e Gerun<sup>45</sup>.

Pedro Teixeira declara terem sido os actos de violência e as pilhagens a que a capital foi sujeita que conduziram ao êxodo dos seus habitantes. Mas Frei Gaspar da Cruz alerta-nos para a possibilidade de também a instabilidade política interna ter contribuído para a debilitação do Estado, logo, também para uma fraca oposição militar, ao afirmar que «depois que se quebrou a linha direita na sucessão do reino, não houve no reino tão bom governo, nem se prosperaram as coisas dele, antes foram caindo em diminuição, pelo que não havia já tanta resistência para os contrários»<sup>46</sup>.

### 3. A Nova Ormuz

Resulta explícito da análise das *Relaciones* que o rei Ayaz Seyfin foi o mentor da instalação em Gerun e das negociações que decorreram a fim de que o soberano de Queis, senhor das ilhas do golfo Pérsico, alienasse a soberania daquela em prol do seu homólogo ormuziano. A obra que seguimos informa ainda que, em 1312, estalou uma guerra entre as duas partes e que assédios a Ormuz e o rapto do sucessor de Ayaz Seyfin, Amir Ayaz ad din Vardanshah (o Gordunxá das crónicas portuguesas), constituíram alguns dos principais marcos do conflito.

Os dados veiculados por Pedro Teixeira não são, todavia, plenamente confirmados pelos textos dos seus compatriotas<sup>47</sup>, nem pela historiografia

<sup>43</sup> Kalhat – 22° 42' lat. N e 59° 22' long. E.

<sup>44</sup> Qeshm, Kishm, Qishm – 26° 58' lat. N e 56° 14' long. E.

<sup>45</sup> Gerum, Jerun, Djerun – 27° 05' lat. N e 56° 28' long. E.

<sup>46</sup> Vide *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, p. 175.

<sup>47</sup> João de Barros faz recuar o interesse pela ocupação de Gerun à década de 1270, justificando a aquisição da ilha pela necessidade de os pescadores de Ormuz disporem de um abrigo; atribui a «Gordunxá» a autoria do projecto; jamais alude às invasões e cita como causa da emigração da generalidade da população e do monarca, que teria comprado Gerun a priori, as hostilidades desencadeadas a partir da Pérsia em reacção à ruína de Queis e à incorporação dos seus domínios no Estado de Ormuz – cf. *Ásia*, II, ii, 2.

Diogo do Couto sustenta que «Gordunxá» reinou entre 1250 e 1280 e que a sua ambição sobre a ilha nasceu do desejo em rivalizar com Queis em termos de cosmopolitismo e vitali-

mais recente<sup>48</sup>. A alternativa que nos resta é a de enveredarmos por outra via, a da explanação dos motivos que ditaram a fixação definitiva na ilha de Ormuz<sup>49</sup>. Aparentemente, as adversidades naturais seriam de molde a desencorajar qualquer intento de humanização do espaço. Tal como outras personalidades, Pedro Teixeira enumera a exígua dimensão, a aridez do solo, o relevo acidentado, as temperaturas elevadas, a falta de água potável e de vegetação, e a ausência de qualquer tipo de produção, excepção feita ao sal e ao enxofre. À vista deste quadro, é pertinente concluir que a resolução não foi gratuita e que interesses superiores se impuseram à comodidade que, diz Pedro Teixeira, teria sido almejada por Ayaz Seyfin<sup>50</sup>.

A posição geo-estratégica da ilha é, na verdade, a chave da questão. Localizada defronte da costa persa, Gerun dominava o estreito de Ormuz. Era, portanto, a «guardiã» do acesso ao Golfo Pérsico, uma área que estava ligada ao Índico ocidental por um intenso tráfico. Daí que Tomé Pires seja peremptório ao afirmar que «por Rezam do porto se fumdou esta cidade»<sup>51</sup>. De facto, Ormuz chamou a si o desempenho de uma actividade económica

comercial. Nesse sentido, consegui que o rei de Queis lha vendesse sem levantar suspeitas relativamente aos seus intentos. Após a ocupação foram formadas esquadras navais que constrangiam os vasos mercantes a lá aportarem. Esta situação, a par dos privilégios que eram concedidos aos mercadores, originou pujança e uma guerra com Queis. Em resposta, o território ormuziano foi invadido a partir da Pérsia. Gordunxá recolheu-se à Índia e a acabou por conseguir resolver o problema mediante a apresentação de vassalagem – cf. *Ásia*, V, x, 1.

<sup>48</sup> L. Lockhart pretende que a mudança para Gerun ocorreu em 1300, imputando essa responsabilidade ao rei Kutb al-Din Tahamtan, personagem que, vinte anos volvidos, teria subjugado as ilhas de Queis e de Bahrein. O autor acrescenta que Ibn Battuta aportou a Ormuz durante o reinado em questão. O relato do viajante atesta-o, mas omite qualquer menção à responsabilidade do povoamento da ilha. Veja-se L. Lockhart, *op. cit.*, p. 585 e *Viagens Extensas e Dilatadas do Célebre Árabe Abu-Abdallah, Mais Conhecido pelo Nome de Ben-Batuta*, ed. José de Santo António Moura, tomo I, Lisboa, Academia das Ciências, 1840, pp. 346-350.

Jean Aubin apenas situa a fundação da cidade em Gerun próxima do ano de 1300 e apresenta Gurdan-Sah como «restaurateur de la dynastie au début du XIV<sup>e</sup> siècle». Alude ainda ao estado de guerra entre Queis e Ormuz e ao sequestro de que Gurdan-Sah foi vítima. Cf. «Le Royaume d'Ormuz au Début du XVI<sup>e</sup> Siècle», in *Mare Luso Indicum*, vol. II, Genebra, Librairie Droz, 1973, pp. 78 e 139-140. Explicações mais aturadas encontrar-se-ão, provavelmente, noutro artigo do mesmo autor, ao qual, infelizmente, não conseguimos ter acesso: «Princes d'Ormuz du XIII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> Siècle», in *Journal Asiatique*, 1953 / 1, pp. 77-138.

<sup>49</sup> Segundo Teixeira, a ilha passou a responder tanto pelo nome de Ormuz como pelo de Gerun (este derivado do nome do pescador que ali viveria à data do início da colonização). Jean Aubin esclare que o topónimo Ormuz, herdado da cidade primordial situada no continente, servia igualmente para designar o Reino, tendo sido alargado à ilha e à cidade que nela foi erigida. Ainda assim, o nome Gerun não caiu em desuso – cf. *Ibidem*, pp. 80-81.

<sup>50</sup> «Recogidos en la isla [de Queixome], haviendo reposado por algunos dias se salio Ayáz della, y discurriendo por aquel mar de Persia, buscaua vna isla comoda entre algunas que por el ay, en que pudiese assentar cõ los suyos.» – cf. *Relaciones*, parte II, p. 11.

<sup>51</sup> Cf. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. Armando Cortesão, s.l., Universidade de Coimbra, 1978, p. 140.

específica, a redistribuição comercial<sup>52</sup>, cobrando direitos aduaneiros que lhes proporcionavam elevadas receitas e faziam a fortuna do rei e das elites locais<sup>53</sup>. Do Reino seguiam para a Índia mercadorias originárias da Pérsia, da Arábia e das ilhas do Golfo Pérsico, mormente cavalos, seda, almíscar, pérolas, aljôfar, sal, trigo, fruta seca, etc. No sentido inverso eram levados tecidos, especiarias, açúcar, arroz, ferro, bem como pedras preciosas de Ceilão e porcelanas chinesas. A partir de Ormuz, estes artigos eram escoados para os mercados da Ásia Menor e Central através das rotas caravaneiras, cujo regular funcionamento era assegurado pela solvência de uma taxa simbólica aos senhores que governavam as regiões do interior<sup>54</sup>.

É certo, como comenta João Paulo Costa, que «Ormuz beneficiava do desinteresse pelo domínio dos mares das principais entidades políticas que governavam os territórios em torno do Golfo Pérsico desde a queda do califado de Bagdade [1258]»<sup>55</sup>. No entanto, no seio do próprio Golfo, havia um pequeno potentado, a ilha de Queis<sup>56</sup>, cujos interesses mercantis colidiam com os do entreposto emergente. É, pois, neste contexto, que Pedro Teixeira se refere ao conflito que deflagrou entre as duas partes.

A fundação da Nova Ormuz e a afirmação da sua vocação comercial não devem, todavia, ser explicadas meramente à luz de condicionalismos locais e regionais. Será necessário enquadrá-las também na civilização islâmica, da qual o Reino fazia parte, e na respectiva evolução histórica. Com efeito, o Islão caracterizava-se por ser uma civilização que desenvolvia uma intensa actividade mercantil de longo curso, intermediando as relações entre a Europa, a Ásia e a África<sup>57</sup>; uma civilização cuja mercancia era estimulada pelos hábitos de consumo das grandes urbes e sancionada pela própria religião<sup>58</sup>; uma civilização que, precisamente entre os séculos XIII e XV, estava a viver a sua segunda fase de expansão que, mais do que num movimento de crescimento político-militar, se traduziu no alastramento da sua influência marítimo-comercial à generalidade da Ásia marítima<sup>59</sup>.

<sup>52</sup> Sintomaticamente, um dos epítetos do Reino era «A Passagem». Cf. Jean Aubin, «Le Royaume d'Ormuz au Début du XVI<sup>e</sup> Siècle», p. 79.

<sup>53</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 148-149.

<sup>54</sup> Cf. *Ibidem*, p. 141.

<sup>55</sup> Cf. João Paulo Costa, «Ormuz», in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. Luís de Albuquerque, vol. II, s.l., Caminho, 1994, p. 833.

<sup>56</sup> Sobre ela veja-se Jean Aubin, *op. cit.*, p. 97.

<sup>57</sup> Veja-se Fernand Braudel, *op. cit.*, pp. 73-75.

<sup>58</sup> Cf. Robert Mantran, *Expansão Muçulmana (Séculos VII-XI)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977, pp. 228-229, 235-237 e 239.

<sup>59</sup> A respeito da Segunda Expansão do Islão leiam-se as considerações expressas por Jean Aubin no seu artigo «Marchands de Mer Rouge et du Golfe Persique au tournant des 15<sup>e</sup> et 16<sup>e</sup> siècles», in *Marchands et Hommes d'Affaires Asiatiques dans l'Océan Indien et la Mer de Chine, 13e-20e Siècles*, dir. Denys Lombard e Jean Aubin, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988, pp. 83-85.

No decurso dos séculos XIV e XV, a fama e o poder de Ormuz, como um dos mais importantes entrepostos do Oriente, expandiram-se incomensuravelmente, atraindo viajantes como Ibn Battuta, Afanasi Nikitin, Abd Ar-Razzak e Pêro da Covilhã. Em meados de Trezentos, o penúltimo fez a seguinte descrição da cidade portuária, ilustrativa quanto baste do cosmopolitismo e do tráfico fervilhante que ali tinham lugar: «Ormuz [...] n'a pas son pareil sur la surface du globe. Les marchands des sept climats, de l'Égypt, de la Syrie, du pays de Rum, de l'Adzarbaydjan, de l'Irak arabe et de l'Irak persan, des provinces de Fars, du Khorasan, de la Transoxiane, du Turkestan, du royaume de Dast-i-Kapcak, des contrées habitées par les Kalmak, de la totalité des royaumes de Cin et de Macin, de la ville de Khan-balik<sup>60</sup> se dirigent vers ce port; les habitants du rivage de l'océan y arrivent des pays de Cin, Djawa, du Bengale, de Silaw, des villes de Zir-i-bad, de Tenasserim, de Socotora, de Sahr-i-naw, des îles Diwah, des contrées de Malabar, de l'Abyssinie, de Zanguebar, des ports de Bidjanagar, de Kalbargah, du Guzerate, de Kanbayat, des rivages de la contrée des Arabes qui s'étendent jusqu'à Aden, Djidda, Yanbo; ils y apportent des objets précieux et rares que le soleil, la lune et les pluies contribuent à embellir, et qui peuvent se transporter par mer. Les voyageurs y affluent de tous les pays, et, en remplacement des denrées qu'ils amènent, ils peuvent, sans efforts et sans de longues recherches, s'y procurer tout ce qu'ils désirent.»<sup>61</sup>

Pedro Teixeira não ficou insensível a este panorama, assinalando que em Ormuz se podiam encontrar todos os géneros de produtos, que lá chegavam pela mão de mercadores oriundos de diversas partes do mundo. Fê-lo, porém, de uma maneira muito concisa, não identificando quaisquer artigos nem os circuitos que os mesmos percorriam. Quanto a consequências da riqueza acumulada pelo Reino, o escritor aponta a conquista da terra firme que bordeja as duas margens do Golfo Pérsico, embora não explicita que essa expansão abrangiu o conjunto das ilhas do Golfo e quão vital ela era para Ormuz. Senão vejamos: havia que controlar as rotas marítimas da costa de Oman devido a contingências náuticas<sup>62</sup>, se possível dominar outras fontes de rendimentos (de que a pescaria de pérolas em Bahrein constitui um bom exemplo<sup>63</sup>) e, sobretudo, prover a subsistência dos habitantes da ilha de Ormuz. Sendo esta um espaço estéril, era total a sua dependência do exterior para o abastecimento de víveres, pelo que julgamos que a dilatação do Reino deverá ter sido encarada também como um meio de preservar alguma da sua autonomia. Ormuz importava trigo, açúcar, e manteiga, mas era das suas próprias possessões, no Golfo ou em terra firme, que recebia fruta, carne e

<sup>60</sup> Isto é, Pequim.

<sup>61</sup> Cf. Gabriel Ferrand (ed.), *Relations de Voyages et Textes Géographiques Arabes, Persans et Turks Relatifs à l'Extrême-Orient du VIII<sup>e</sup> au XVIII<sup>e</sup> Siècles*, tomo II, Paris, Ernest Leroux Éditeur, 1914, pp. 473-474.

<sup>62</sup> Cf. Jean Aubin, «Le Royaume d'Ormuz au Début du XVI<sup>e</sup> Siècle», p. 140.

<sup>63</sup> Cf. *Ibidem*, p. 100.

água<sup>64</sup>. Certo é que na cidade era comum encontrar-se, a qualquer hora, uma grande variedade de géneros e em quantidade suficiente para alimentar numerosas pessoas<sup>65</sup>, sublinhando Pedro Teixeira que, inclusive durante o cerco que a ilha sofreu por ocasião da guerra com Queis, nenhuma privação tinha sido sentida.

As gentes que viviam em Ormuz mereceram breves comentários de Pedro Teixeira, que apontou a beleza das mulheres, o bom carácter e a tez branca da maioria<sup>66</sup>. Singular é a afirmação do autor de que a população se expressava em Persa, não que seja incorrecta, mas porque peca pela omissão de que o Árabe era igualmente um idioma corrente no território<sup>67</sup>.

No que tocava a aspectos religiosos, observou ele, justamente, que os autóctones professavam a fé islâmica e se dividiam pelas seitas xiita e sunita (esta recolhia, na verdade, o apoio de mais prosélitos<sup>68</sup>). Além dos islamitas, Pedro Teixeira atesta a presença na cidade de indivíduos de diversas nacionalidades e credos, entre os quais se contava uma expressiva cifra de cristãos (ocidentais e orientais) e alguns judeus. Deste modo, divulgava, ainda que indirectamente, o espírito de liberdade religiosa que vigorava em Ormuz e a protecção ali diferida aos fiéis de todos os credos<sup>69</sup>, realidade que era indissociável de estatuto de praça comercial da cidade<sup>70</sup>.

Dando continuidade à relação dos reis de Ormuz, Pedro Teixeira descreve o naufrágio que permitiu a Amir Ayaz ad din Vardanshah libertar-se do cativo e regressar à sua ilha. A recuperação do trono não foi imediata, na medida em que foi preciso aguardar que Malik Gheyas ad din Dinar se resolvesse a ceder o poder que a sua tia, e esposa de Vardanshah, lhe tinha delegado durante a ausência do soberano. Das palavras de Pedro Teixeira, depreende-se que Dinar se afastou voluntariamente devido aos apoios ganjados por Vardanshah. Frei Gaspar da Cruz, por seu turno, pretende que a reposição da legitimidade só foi alcançada graças a uma ausência de Dinar para fora do território. O clérigo dominicano acrescenta que Vardanshah

<sup>64</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 153-156.

<sup>65</sup> Já no período português, a abundância de virtualhas e as ofertas deste tipo que eram feitas a Afonso de Albuquerque estão documentadas por Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1979, II, lviii; III, cxlviii e cliiii (obra doravante citada como *História*, seguida do livro e capítulo). Nas *Lendas*, vol. II, p. 434 é mesmo descrita uma refeição na qual o elevado número de comensais não originou dificuldades, visto que «o arroz cozido foy estimado em quatrocentos fardos, e os carneiros quinhentos».

<sup>66</sup> Duarte Barbosa informa que «também há muitos pretos e baços que são da terra da Arábia» – cf. *Livro do que Viu e Ouviu no Oriente...*, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 27.

<sup>67</sup> Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, p. 79.

<sup>68</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 95 e 161.

<sup>69</sup> Cf. Gabriel Ferrand (ed.), *op. cit.*, p. 474.

<sup>70</sup> Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, pp. 77 e 162-163.

teria empreendido acções de retaliação contra Queis e tomado a ilha<sup>71</sup>, posição que não é partilhada por Teixeira, como teremos ocasião de verificar adiante.

Amir Mobarez ad din Bahram Shah, filho e herdeiro de Vardanshah, enfrentou resistências à sua aclamação, que lhe foram movidas por forças militares estacionadas na Pérsia, partidárias do seu irmão Shah Kotb ad din. Sufocada a insurreição, o monarca debateu-se, a curto prazo, com turbulências internas, derivadas do confronto entre os seus capitães-mores, e com uma nova ofensiva, rechaçada, dos inimigos de Queis. O primeiro problema foi solucionado através da detenção dos contendores, mas a necessidade de repelir a agressão externa obrigou a que fossem soltos. Um deles, Mir Shahab ad din Yusuf, aproveitou o ensejo para se desforrar, armando uma cilada da qual resultou, em 1319, a clausura do soberano e de outros membros da família real e, posteriormente, a sua morte.

Yusuf apossou-se do governo com a cumplicidade do antigo regente, Malik Dinar. Um ano depois foi derrubado e morto na sequência da investida realizada sobre Ormuz por Shah Kotb ad din, que já em duas ocasiões demonstrara a sua apetência pelo poder, concretamente no início do reinado de Bahram Shah e à data da sua destituição.

Instalado no comando do regime, Shah Kotb ad din não deixou de sofrer algumas contrariedades. Uma delas, de natureza conspiratória, sucedeu logo após a sua ascensão ao trono e não teve repercussões de relevo. Motivadora de preocupações mais sérias foi a reincidência de Queis no assalto a Ormuz que, no entanto, se saldou por um fracasso. Viveu-se então o derradeiro episódio do conflito latente entre os dois Estados, em razão de Shah Kotb ad din ter ripostado e submetido a ilha ao seu domínio. Objecto de conquista, na mesma época, foram regiões persas e árabes e a ilha de Bahrein<sup>72</sup>. Conhecedor desta, Pedro Teixeira caracteriza-a sob vários aspectos, desenvolvendo especialmente o tema da pescaria de pérolas, que era praticada ali e em Ceilão.

Em 1345, o rei foi traído pelo seu irmão Nezam ad din e, em resultado disso, afastado da ilha de Ormuz. À hora da sua morte, Nezam ad din ter-se-á arrependido, pelo que inscreveu nas suas disposições testamentárias a recondução de Shah Kotb ad din. Os filhos do usurpador, Shambé e Shadi, não cumpriram a dita vontade, chamando a si um exercício arbitrário do poder. Shah Kotb ad din acabou por conseguir reaver as rédeas do reino. Os sobrinhos, não obstante terem sido perdoados, cedo retomaram a oposição armada, ocorrendo recontros entre as duas hostes<sup>73</sup>.

<sup>71</sup> Cf. *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, pp. 179-180.

<sup>72</sup> 26° lat. N e 50° 35' long. E. Frei Gaspar da Cruz é da opinião de que a ilha de Bahrein foi anexada ao reino de Ormuz por Turanshah, o autor do *Livro dos Reis* – cf. *Primeiros Escritos Portugueses sobre a China*, p. 180.

<sup>73</sup> Ibn Battuta testemunhou as dissensões entre Shah Kotb ad din e os filhos de Nezam ad din – cf. José de Santo António Moura (ed.), *Ibidem*, pp. 348 e 350.

Falecido Shah Kotb ad din em 1347, Turanshah recebeu em herança paterna o título real e os problemas originados por Shambé e Shadi, que entretanto se tinham desentendido. Shadi conquistou a ilha de Queis, mas vendo-se cercado pelas forças reais, escapou para Bahrein, onde morreu. Shambé aproveitou a ocasião para tornar à ilha, reprimindo quem apoiara o seu irmão contra ele próprio. Os excessos cometidos decretaram o assassinato de Shambé, levado a cabo por Mir Adjeb com o concurso de outros homens. O algoz de Shambé quis então exercer a sua autoridade em Bahrein. Todavia, os seus intentos frustraram-se, logrando Turanshâh reafirmar a sua soberania sobre a ilha <sup>74</sup>.

Pedro Teixeira nada mais regista acerca do reinado de Turanshâh, salvo a consideração geral de que o monarca era alvo e a redacção do *Livro dos Reis*. O viajante português prosseguiu a narração da história dos reis de Ormuz para além de 1378, o ano em que, segundo ele mesmo, desapareceu Turanshâh <sup>75</sup>. Não sem alguma surpresa, constatamos que Pedro Teixeira omite as fontes que utilizou para esse fim. Embora desconheçamos a sua natureza, aventuramo-nos a dizer que não deviam primar pela sua grande fiabilidade, uma vez que, a partir daí, o autor português incorre em vários erros, cuja origem só pode ser atribuída a uma deficiente informação.

Nas *Relações*, três filhos de Turanshâh são apresentados como ocupantes consecutivos do trono, a saber, Masud, Shihab ad din e Salghorshah. Citado como substituto do último é Shah Weis, cujo tipo de relação com o antecessor é omitido no texto. O nome de Seyf ad din, irmão de Shah Weis e contemporâneo da chegada ao Reino da primeira armada portuguesa (1507), encerra a lista. Ora, Jean Aubin elaborou um quadro genealógico concernente aos monarcas que reinaram em Ormuz entre os séculos XIV e XVI. Dele consta, além de Turanshâh I, Turanshâh II (1436-1470/71), a quem sucederam Masud, Tayyb, Shihab ad din, Salghorshah I e Shah Weis <sup>76</sup>. A interpretação dos elementos fornecidos pelo historiador francês indica, assim, que Pedro Teixeira deverá ter confundido Turanshâh I com um homónimo quatrocentista, bem como que ele se manteve ignorante relativamente à existência de alguns dos governantes ormuzianos.

<sup>74</sup> Porventura, foram estes factos que induziram frei Gaspar da Cruz a exprimir a ideia referida na penúltima nota.

<sup>75</sup> A data não deve andar longe da verdade, a ajuizar pelas balizas cronológicas apresentadas por Jean Aubin relativamente ao reinado de Turanshah, a saber, 1347-1377/78? – cf. *op. cit.*, p. 88.

<sup>76</sup> Cf. Jean Aubin, *Ibidem*, p. 130. João de Barros e Diogo do Couto sugerem um rol dos soberanos da Nova Ormuz assaz diferente do de Pedro Teixeira. No entanto, parece-nos significativo que os cronistas da *Ásia* tenham nomeado dois reis com o nome de Turanshâh e que o segundo deles tenha tido quatro filhos investidos na dignidade régia – cf. *Ásia*, II, ii, 2 e V, x, 1. Fernão Lopes de Castanheda, responsável por uma narrativa confusa (e não corroborada por outras fontes) de algumas das vicissitudes políticas de Ormuz, afirma que o rei Turanshâh teve três filhos, dos quais «Corgol», o primogenito, se guindou no poder depois de vencer as dificuldades que lhe foram impostas por um dos irmãos – cf. *História*, II, lix.

Mais grave e difícil de explicar é a caracterização positiva que Pedro Teixeira faz da administração dos descendentes de Turanshâh. Quando não é dito que o ambiente pacífico foi a tônica de um reinado específico, veicula-se a ideia de que os problemas vividos foram pouco expressivos e solucionados a contento do Estado. Porém, esse cenário é diametralmente oposto à realidade. O século XV significou para Ormuz uma época de contínuas e sérias perturbações políticas, sendo seguro que os governos de Masud, Shihab ad din, Salghorshah e Shah Weis não constituíram excepções <sup>77</sup>. Nas vésperas da interferência portuguesa na história do Reino, a crise subsistia em tal grau que era pouco ou nulo o poder efectivo de que usufruíam os reis, instrumentalizados pelos oficiais superiores da corte <sup>78</sup>.

Pedro Teixeira não comunga do ponto de vista de João de Barros, que faz equivaler a conquista portuguesa a uma libertação dos soberanos de Ormuz <sup>79</sup>. Salienta, contudo, a postura «cristã» da Coroa lusa, que continuou a permitir a normal sucessão daqueles, alcançando, em contrapartida, um substancial grau de domínio sobre o território <sup>80</sup>. O que o autor não sabia, ou silenciava, é que os objectivos de Afonso de Albuquerque tinham sido bem mais ambiciosos. Com efeito, Fernão Lopes de Castanheda esclarece que «a fora ho governador mandar estes [reis cegos <sup>81</sup>] pera Goa por não darem toruação no reyno, mādou os porque se apagasse a linhagem real, & se el rei Dormuz morresse sem filhos ficaria o reino a el rey de Portugal, que tirados os gastos que erão necessarios nele recolheria o resto do que rendesse poendo hũ governador que o regesse» <sup>82</sup>.

O desígnio do Terrível jamais se cumpriu. Apesar disso, o tempo provou ser acertada a sua noção de que «nam he peça vrmuz senam pera a comer e defender» <sup>83</sup>. Evidenciando esforços nesse sentido, enquanto permaneceram ligadas ao território, as autoridades portuguesas nunca consentiram o renascimento do ambiente de turbulência política <sup>84</sup>, conferindo, deste modo, estabilidade e segurança aos monarcas que se sucederam no trono. Certi-

<sup>77</sup> Cf. Jean Aubin, *op. cit.*, pp. 129-138.

<sup>78</sup> Cf. *Ibidem*, p. 128.

<sup>79</sup> Cf. *Ásia*, II, ii, 2.

<sup>80</sup> Cf. Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz, «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in *op. cit.*, p. 224.

<sup>81</sup> Designação aplicada a membros da família real a quem tinha sido retirada a visão de modo a afastá-los do círculo do poder. Os procedimentos da operação são descritos por Pedro Teixeira, in *Relaciones*, parte II, p. 40.

<sup>82</sup> Cf. *História*, III, cxlviii.

<sup>83</sup> Cf. Carta de Afonso de Albuquerque a El-rei, Cananor, 27-XI-1515, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque...*, ed. Raymundo António de Bulhão Pato, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1884, pp. 348-349.

<sup>84</sup> «Vrmuz ao presentem fica limpa de todolos Rumis e turcos qe nela estavam; e asy fiz lamçar fora toda esa desordem deses mouros cujos e maos: todo modo de tirania he fóra lamçado, e se nam husará jamais» – cf. Carta de Afonso de Albuquerque a El-rei, Ormuz, 22-IX-1515, pub. in *Ibidem*, vol. I, p. 369.

ficaram-se, no entanto, de que aqueles pouco mais fossem mantendo do que um poder nominal, situação que melhor se adequava à exploração de Ormuz como um dos principais alicerces financeiros do Estado da Índia<sup>85</sup>. Daí que Pedro Teixeira observasse que nem sobre os súbditos muçulmanos os reis exerciam uma administração livre, e que, depois de anos em que careciam de permissão do capitão da fortaleza portuguesa para se ausentarem da ilha, até esta possibilidade acabara por lhes ser vedada. Haviam sido reduzidos, praticamente, à condição de fantoches políticos.

\*

Do que atrás ficou exposto, resulta evidente que a «Breve relacion del principio del reyno Harmuz y de sus reyes...» é um texto indispensável à compreensão da história de Ormuz, tanto pelo carácter único de parte substancial das informações que divulga, como pela feição pormenorizada assumida pela narrativa.

Não quer isto dizer que as palavras escritas por Pedro Teixeira devam ser lidas e utilizadas sem reservas, já que tivemos ocasião de lhe apontar alguns equívocos e omissões. Embora reconhecendo a extrema utilidade da sua obra, devemos admitir que a consulta da mesma não exclui a necessidade de confronto com outras fontes, nomeadamente, crónicas portuguesas sobre a presença no Oriente, e, sobretudo, com os estudos que Jean Aubin dedicou ao reino de Ormuz, os quais já se tornaram verdadeiros clássicos, pelo carácter inovador e rigoroso que o historiador lhes soube imprimir.

<sup>85</sup> Sobre os rendimentos proporcionados por Ormuz e a respectiva utilidade veja-se João Paulo Costa, *op. cit.*, pp. 834-836.

## LETTERS FROM A SINKING SULTAN

por

MUZAFFAR ALAM & SANJAY SUBRAHMANYAM

«This [King] is naturally a conqueror, and of great heart, and the most indefatigable man that I've ever seen, and an extraordinarily great lord, save now that Fortune goes against him ...»

Martim Afonso de Sousa to Dom João III (1535).<sup>1</sup>

The history of sixteenth-century Gujarat occupied a place of significance in the works of both Jean Aubin and Denys Lombard, though it was clearly not central to their preoccupations as researchers. Aubin's first detailed forays into the history of the Gujarat Sultanate came out of his work on the chronicler Nimdihi, and they were renewed when he wrote his classic essay 'Albuquerque et les négociations de Cambaye' in 1971.<sup>2</sup> In later years, he often expressed a desire to return to this field, concerning which he had collected much material, but was unfortunately unable to publish further on it. If Aubin approached Gujarat, as it were, from the west (via Iran and Portugal), Lombard's interest in Gujarat stemmed from the east, namely on account of the close connections between Gujarat and the Sultanate of Aceh,

<sup>1</sup> «Este [Rei] naturalmente he comquystador he de gramde coraçam he ho mays fragueyro omem que eu numqua vy he muy gramde senhor em demasya senam agora lhe foy a fortuna comtrayra ...». Letter written from Lathi on 1 November 1535, reproduced in Luciano Ribeiro, 'O primeiro cerco de Dio', *Studia*, Vol. 1, 1958, p. 235. For a collection of Martim Afonso's letters from the period (in somewhat modernised Portuguese versions), also see Luís de Albuquerque and Maria do Anjo Ramos, *Martim Afonso de Sousa*, Lisbon, 1989; for an earlier reading and discussion of some of these texts, Georg Schurhammer, 'Cartas de Martim Afonso de Sousa (1534-1539)', in Schurhammer, *Gesammelte Studien, II: Orientalia*, Rome/Lisbon, 1963, pp. 185-205.

<sup>2</sup> Jean Aubin, 'Indo-islamica I. La vie et l'œuvre de Nimdihi', *Revue des Etudes islamiques*, Vol. XXXIV, 1966, pp. 61-81. Also see Aubin, 'Albuquerque et les négociations de Cambaye', *Mare Luso-Indicum*, Vol. I, 1971, pp. 3-63, reprinted in Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe, II: Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Paris, 2000, pp. 197-250.